

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.322, de 2001

Estabelece regras para a entrada em vigor de tratados internacionais com cláusulas de reserva e dá outras providências.

Autor: Deputado ALBERTO FRAGA

Relator: Deputado CÂNDIDO
VACCAREZZA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.322, de 2001, estabelece regras para a entrada de tratados e acordos internacionais com cláusulas de reserva, estipulando que eles só entrarão em vigor após disciplinadas tais cláusulas. O prazo para a disciplina das matérias constantes das cláusulas de reserva, segundo o previsto no Projeto, será de seis meses.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou a matéria na forma de emenda substitutiva, a qual condiciona a entrada em vigor dos atos internacionais com formulações de reserva à regulamentação dessas, se a regulamentação for imprescindível para a produção dos efeitos do ato.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estipulou o prazo de um ano para a regulamentação das matérias em cláusulas de reserva.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

Há um problema de constitucionalidade insuperável, ao ver desta relatoria, no Projeto de Lei nº 4.322, de 2001.

A competência exclusiva e definitiva do Congresso para tratar dessas matérias está posta no art. 49 da Constituição Federal. Essa competência, entretanto, não é abstrata, mais concreta e decorre diretamente do texto da Constituição. Isso significa que o Congresso deve se manifestar sobre cada ato internacional *in concreto* e não propor um tratamento legal genérico para a matéria. Demais, ela não pode ser objeto de lei disciplinadora, pois isso atentaria contra o princípio da separação dos Poderes, pois a Lei depende da sanção presidencial e a matéria é de competência exclusiva e definitiva do Congresso Nacional.

A disciplina por Lei da matéria importa a renúncia à competência exclusiva e definitiva que o Congresso tem sobre tais conteúdos. Manoel Gonçalves Filho em seus Comentários à Constituição Brasileira (v. 2. p.21) já havia observado que “ A exigência de ratificação decorre da magna importância das matérias que são em geral reguladas no atos internacionais. Nestes se dispõe quase sempre sobre assuntos que tocam de muito perto a existência e a independência da nação. Por isso, convém que a Representação Nacional seja ouvida, dizendo a última palavra. E, verdadeiramente a última palavra, já que, após a manifestação do Congresso Nacional, não mais cabe qualquer interpretação do Executivo.”

Se se lembra a exigência de referendo ao Congresso Nacional dos tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Poder Executivo (art. 84, VIII, da Constituição Federal), percebe-se ainda mais claramente a necessidade de manifestação *in concreto* do Parlamento sobre cada matéria, não havendo espaço para disciplina genérica em relação a esses conteúdos. A Constituição já disse o que deveria dizer sobre o tema, e está tudo lá.

Se se pudesse admitir a disciplina de tal tema, ainda que fosse meramente *ad argumentandum*, seria no âmbito do Congresso Nacional e dos diplomas legais a ele exclusivamente pertinentes.

Haja vista a manifesta inconstitucionalidade da matéria, deixo de examiná-la no que concerne aos seus demais aspectos, a juridicidade e a técnica legislativa.

Ante o exposto, voto pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 4.322, de 2001, e do Substitutivo a ele apresentado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA
Relator